

A TARDE

O jornal de toda Bahia

REAÇÃO Secretários da Fazenda assinaram manifesto em reunião do Comsefaz

Estados querem participar mais da reforma tributária

DA REDAÇÃO

Com a situação fiscal agravada pela concentração de recursos tributários na União, os estados e o Distrito Federal precisam ter assegurada maior participação no produto da arrecadação de impostos no País e ter voz ativa na reforma tributária, reivindica o Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) em manifestação pública a respeito da Proposta de Emenda Constitucional 45, em tramitação no Congresso Nacional.

A nota foi assinada pelos secretários de Fazenda, Receita e Tributação dos estados e do Distrito Federal após se reunirem em Brasília, na última quinta-feira, divulgando o conteúdo ontem para a imprensa.

O Comsefaz, por contar com representantes dos estados e do DF que já discutem regularmente as dificuldades do atual sistema tributário, coloca-se à disposição para "apresentar sugestões que amplifiquem as discussões". Nesta linha, argumentam os secretários, o entendimento sobre o pacto federativo, cláusula pétrea da Constituição Federal, não deve se limitar ao conceito de autonomia financeira dos entes.



Camel Garcia (Gov-BA) / Divulgação

Secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, é um dos integrantes do Comsefaz

Comsefaz é composto por secretários da Fazenda dos estados e do Distrito Federal

A nota ressalta ainda que a redução das desigualdades sociais e regionais constitui um dos objetivos fundamentais da República e, para ser implementada, requer uma discussão ampla de um projeto de desenvolvimento nacional. E defende, por fim, que na reforma deve ser assegurada a premissa de sim-

plificação das obrigações tributárias.

O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, também integra o Comsefaz, que elegeu na reunião de quinta-feira, por unanimidade, seu novo presidente: o secretário estadual da Fazenda do Piauí, Rafael Tajra Fonteles.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 06/04/2019	Página: B4

RedePPP renova com Nações Unidas

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) e a Rede Intergovernamental para o Desenvolvimento das Parcerias Público-Privadas (RedePPP), liderada pelo estado da Bahia, renovaram acordo para troca de informações sobre experiências na área de parcerias público-privadas (PPPs). A renovação do acordo é destaque na primeira página do site das Nações Unidas no Brasil. O acordo, conforme o site, visa à promoção dos Objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável (ODS), da sustentabilidade e da igualdade de gênero nas políticas públicas de PPPs.

50

organizações, incluindo 19 estados e 17 municípios, integram a RedePPP, liderada pelo estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Empresa do Simples deve se cadastrar no eSocial até amanhã

CALENDÁRIO Os micro e pequenos empresários do Simples Nacional, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano, devem ficar atentos ao calendário do eSocial. Termina amanhã o prazo para cadastrar os dados dos trabalhadores no sistema e enviar as tabelas.

A exigência também vale para empregadores pessoa física (exceto domésticos), produtores rurais pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos. Segundo o Ministério da Economia, atualmente existem mais de 23 milhões de trabalhadores cadastrados na base do eSocial.

Criado em 2013, o eSocial unifica a prestação, por parte do empregador, de informações relativas aos empre-

gados. Dados como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e de Informações à Previdência Social (GFIP) e informações pedidas pela Receita Federal são enviados em um único ambiente ao governo federal.

Por meio do eSocial, os vínculos empregatícios, as contribuições previdenciárias, a folha de pagamento, eventuais acidentes de trabalho, os avisos prévios, as escriturações fiscais e os depósitos no FGTS são comunicados pela internet ao governo federal. A ferramenta reduz a burocracia e facilita a fiscalização das obrigações trabalhistas.

As empresas do Simples Nacional fazem parte do terceiro grupo de empresas a migrar para o eSocial. O primeiro grupo, que reúne as 13.115 maiores empresas do país, começou a inserir dados no sistema em janeiro do ano passado.

23
milhões de
trabalhadores já
foram cadastrados na
base do eSocial

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 07/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Confederação recorre a governadores para manter Sesc e Senac

Entidades se mobilizam contra a desidratação do Sistema S proposta por Guedes

6.abr.2019 às 2h00

Julio Wiziack Mariana Carneiro
BRASÍLIA

Entidades vinculadas ao comércio e aos serviços buscam apoio de governadores para resistir ao corte que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende impor ao Sistema S.

Na primeira etapa, o comando da CNC (Confederação Nacional do Comércio) e de federações do comércio estaduais estão apresentando aos governadores os serviços prestados pela rede Sesc e Senac, como atendimentos de saúde e de formação profissional.

Com isso, pretendem que os governadores se mobilizem contra a desidratação do Sistema S, defendida pelo ministro da Economia, caso as entidades não se enquadrem às novas regras.

Em outra frente, essas lideranças também buscam a bancada de deputados federais e senadores de cada estado para convencê-los a rejeitar a proposta de mudança nas contribuições ao Sistema S, caso ela chegue ao Congresso.

Há cerca de três semanas, o presidente da Fecomércio de Mato Grosso, braço da CNC no estado, esteve com o governador Mauro Mendes (DEM).

“A gente já tem um alinhamento porque ele já presidiu a federação da indústria em Mato Grosso”, disse à Folha o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Segundo Tadros, o governador de Mato Grosso do Sul também é simpático à causa. Ceará, Sergipe e outros estados menores contam com a rede Sesc e Senac para atendimentos da população carente nas áreas de saúde e educação.

Ainda segundo Tadros, em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, a CNC está atuando diretamente junto aos deputados e senadores.

Ambos os estados são governados por políticos considerados alinhados ao presidente Jair Bolsonaro (PSL).

A CNC quer evitar cortes de alíquotas de até 50% nas contribuições feitas pelas empresas às entidades nacionais da indústria, comércio e serviços.

No caso da entidade, um corte de 30% nas contribuições representaria uma redução de R\$ 1 bilhão nos programas de atendimento gratuito à população por Sesc e Senac em todo o país.

Com isso, 20 mil alunos perderiam suas vagas na rede básica de ensino do Sesc e cerca de 140 escolas do Senac e 64 do Sesc seriam fechadas.

Na área de saúde, haveria uma redução da ordem de 700 mil atendimentos odontológicos em todo o país. No assistencialismo, 400 mil pessoas deixariam de receber doações de alimentos.

O governo considera que o Sistema S é uma caixa-preta, sem transparência na prestação de contas. Também vê desvio de finalidade no uso desses recursos, que deveriam ser mais bem empregados em educação profissional.

Por isso, a equipe de Guedes estuda fazer cortes menores nas contribuições (até 30%) caso a entidade assine um contrato de gestão com a União, se comprometendo a financiar serviços indicados pelo governo federal. Pelo contrário, o corte poderá ser de 50%.

“Não tem caixa-preta [no Sistema S]. Os recursos são privados e equivalem a menos de 1% do bolo de recursos do governo. Além disso, quem usufrui é a população carente nos estados, principalmente os menores”, disse Trados.

Segundo ele, quase 80% dos recursos arrecadados das contribuições de empresas ligadas à CNC são direcionados ao atendimento da população.

Na CNI (Confederação Nacional da Indústria), Guedes emplacou um aliado na presidência do Conselho Nacional do Sesi que está liderando uma auditoria nos contratos.

No Sebrae, o governo está patrocinando a destituição do atual presidente, João Henrique de Sousa, que chegou ao comando da entidade pelas mãos do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 08/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Otimismo com economia cai depois de Bolsonaro assumir a Presidência

É a 1ª vez que Datafolha capta piora nesse tipo de expectativa no início de um primeiro mandato de presidente da República

8.abr.2019 às 2h00

SÃO PAULO

O otimismo do brasileiro com a economia e a sua própria situação voltou a cair, mostra pesquisa Datafolha.

Depois de chegar a níveis recordes às vésperas da posse de Jair Bolsonaro (PSL), a porcentagem de pessoas que acreditam que a situação econômica brasileira vai melhorar nos próximos meses caiu de 65%, em dezembro, para 50%. A parcela dos que prevê piora dobrou, de 9% para 18%.

Fenômeno semelhante ocorre com a expectativa sobre a situação do próprio entrevistado. Os que confiam em melhora passaram de 67% para 59%, enquanto os que acham que haverá piora subiram de 6% para 11%.

O Datafolha ouviu 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios, nos dias 2 e 3 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A análise das séries históricas do Datafolha, que pesquisa expectativas em relação à economia do país desde dezembro de 1997 (durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso), mostra que é comum uma alta no otimismo antes da posse de novos governos.

No entanto, não registra queda do otimismo em relação à economia brasileira após a posse dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e Dilma Rousseff, em 2011.

Houve queda dessa expectativa após a posse nas reeleições, incluindo na de Fernando Henrique.

Além de esperar piora na situação do país e na sua própria, o brasileiro se mostra pessimista, logo no início da gestão Bolsonaro, com todos os três itens econômicos pesquisados: desemprego, inflação e poder de compra.

Quase metade (47%) dos brasileiros acredita que o desemprego vai aumentar, enquanto 29% tinham essa opinião antes da posse de Bolsonaro. Entre os que creem em melhora, o movimento foi inverso: de 47% para 29%.

Enquanto em dezembro a confiança em uma queda da inflação havia triplicado, para 35% das pessoas, agora ela recuou para 22%. Já os que esperam alta na inflação passaram de 27% para 45%.

As expectativas em relação ao poder de compra dividem entrevistados, com um empate técnico: 34% acham que ele vai aumentar (contra 43% em dezembro), 33% acreditam em piora (contra 18% em dezembro) e 30% esperam estabilidade (eram 36% em dezembro).

Há diferenças claras entre as expectativas dos que elegeram Bolsonaro e as de eleitores de Fernando Haddad (PT).

Entre bolsonaristas, por exemplo, há otimismo expressivo: 68% acham que a economia vai melhorar e 72% esperam progresso em sua vida.

Entre os eleitores de Haddad, 30% acreditam na melhora, 35% que ela vai piorar e 44% são otimistas em relação a seu próprio caso —19% acham que haverá piora.

A polarização é mais evidente em temas específicos.

Para 43% dos eleitores de Bolsonaro, o desemprego vai diminuir; 34% acham que ele vai crescer. Já entre os que votaram em Haddad, 64% esperam aumento no desemprego, e só 13% acreditam em queda.

No caso da inflação, há empate nas opiniões dos eleitores de Bolsonaro: 33% acham que ela vai cair e 31%, que ela vai subir (dentro da margem de erro), enquanto 62% dos que votaram em Haddad preveem alta da inflação e apenas 9% dizem que ela vai cair.

Também em relação à política o humor parece ter amargado. Em dezembro, a maioria dos brasileiros (58%) dizia acreditar que a corrupção iria diminuir. O índice despencou para 35%. Já a parcela dos que acham que ela vai aumentar dobrou, de 19% para 40%.

As opiniões divergem de acordo com a afinidade política dos entrevistados.

A maioria dos eleitores de Bolsonaro (54%) acredita em queda da corrupção, e 25%, aumento. Entre os que votaram em Haddad, a situação se inverte: 59% esperam mais corrupção e 15% acreditam em recuo.

Apesar da piora nas expectativas, houve melhora na imagem que o brasileiro tem de sua nacionalidade e do país: 72% afirmam ter mais orgulho que vergonha de ser brasileiro. Essa parcela vem crescendo desde os 50% registrados em junho de 2017, após a divulgação das gravações da conversa entre o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista.

Os que sentem mais vergonha que orgulho são 26%, também em queda constante desde os 47% de junho de 2017.

Dois terços da população dizem que o Brasil é um lugar bom ou ótimo para viver —melhora em relação aos 55% que se manifestaram em dezembro do ano passado.

A fatia dos que consideram o país ruim ou péssimo oscilou de 14% para 15%, e os que acham o Brasil regular caíram de 32% para 19%.

Na análise por faixa etária, o pessimismo é uniforme em relação mercado de trabalho. Cerca de metade dos brasileiros entre 16 e 34 anos e de 45 a 59 anos acha que o desemprego vai piorar. A parcela é menor entre os que têm de 35 a 44 anos e mais de 60 (41% e 45%, respectivamente), mas ainda assim supera a dos que acreditam em melhora do emprego.

Os mais jovens são os mais pessimistas em relação à inflação: 52% dos que têm de 16 a 24 anos e 50% dos que têm de 25 a 34 anos esperam alta.

Quando olham para o passado, 29% dos brasileiros dizem que sua situação econômica piorou nos últimos meses, parcela maior que os 20% que relatam melhora. Pouco mais da metade (51%) diz que sua situação ficou estável.

A análise por religião mostra diferença também nas expectativas: evangélicos são mais otimistas que católicos em relação a sua própria situação econômica e a do país.

A economia do Brasil vai melhorar para 57% dos evangélicos contra 48% dos católicos, e a própria situação econômica será melhor no futuro para 67% dos evangélicos, contra 56% dos católicos.

Com a queda do otimismo do brasileiro em relação à economia, caiu também o Índice Datafolha de Confiança. O índice leva em conta os cinco parâmetros (desemprego, inflação, contas pessoais,

situação do país e poder de compra) e as avaliações do orgulho de ser brasileiro e do Brasil enquanto país para morar.

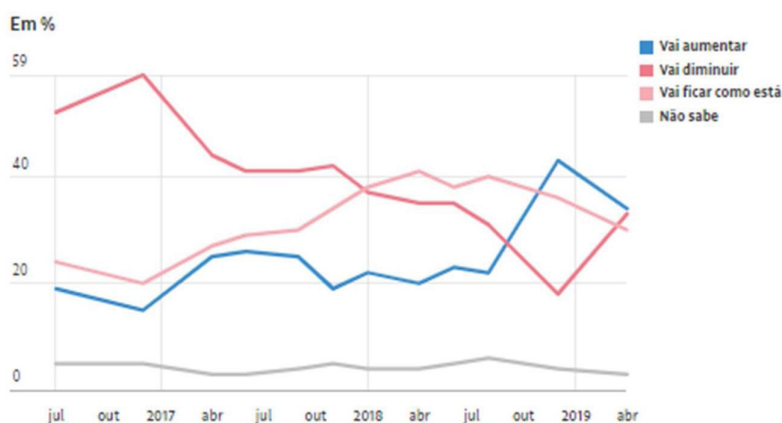
Cada índice é calculado subtraindo-se menções negativas das positivas. Para evitar dados negativos, é adicionado no resultado o número cem — dado acima de cem indica otimismo, abaixo, pessimismo.

O índice geral caiu de 148 pontos para 124 —apesar da queda, mostra confiança positiva. Nas pesquisas realizadas em 2017, o índice esteve sempre negativo, e, nas duas primeiras medições de 2018, aproximou-se da neutralidade (99 e 101, em abril e junho).

O nível mais baixo do indicador foi registrado em março de 2015, momento agudo da crise política e econômica que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff no ano seguinte: 76 pontos.

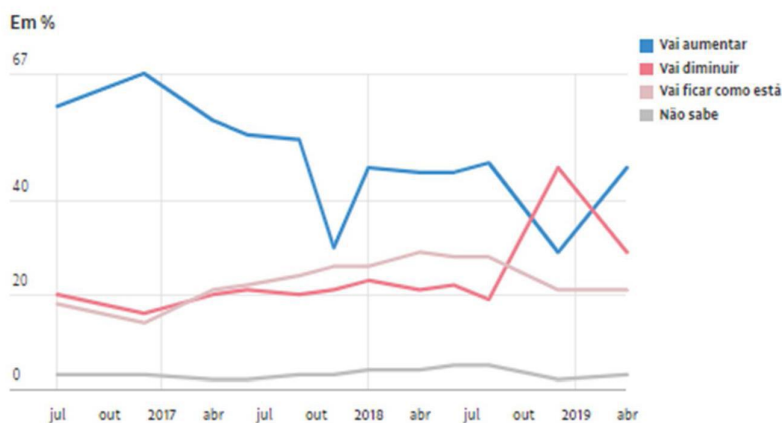
Houve queda em todos os indicadores econômicos, principalmente nas expectativas de desemprego e inflação, e pequena melhora nas avaliações do orgulho de ser e do brasileiro e do país como lugar para se viver.

Expectativa de poder de compra



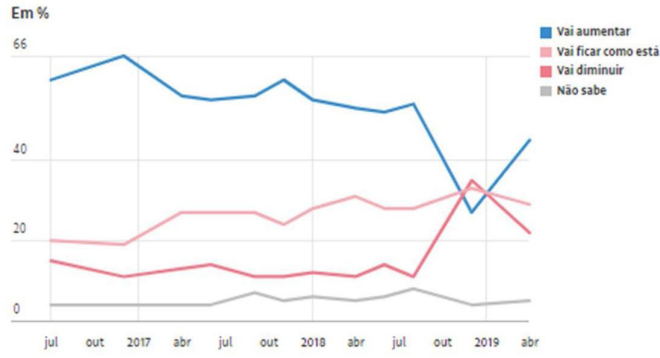
Fonte: Datafolha

Expectativa de desemprego



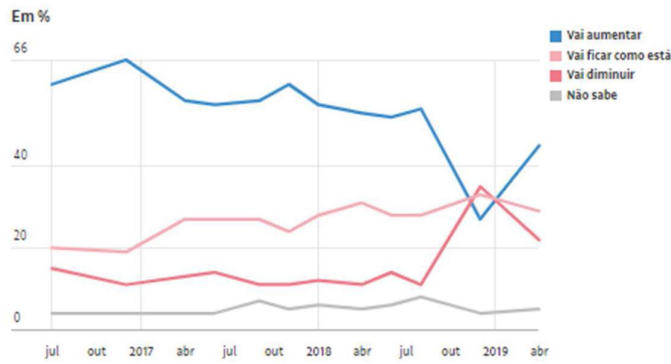
Fonte: Datafolha

Expectativa de inflação



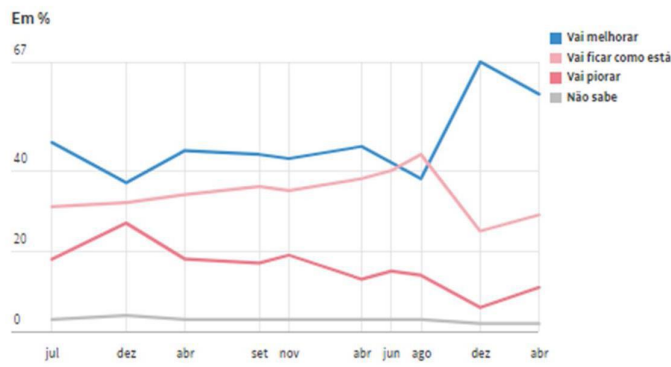
Fonte: Datafolha

Expectativa de inflação



Fonte: Datafolha

Expectativa da situação econômica do entrevistado



Fonte: Datafolha

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 07/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Brasil perde vantagens em vários foros ao deixar status 'em desenvolvimento'

País abre mão de isenções e parte de empréstimos do Banco Mundial

7.abr.2019 às 2h00

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO

Ao abrir mão de seu status de “país em desenvolvimento” na [OMC \(Organização Mundial do Comércio\)](#), o Brasil se arrisca a criar um precedente e perder outros tipos de vantagens concedidas a essas nações.

Entre as consequências poderiam estar o fim da isenção unilateral de tarifas em exportações, pelo SGP (Sistema Geral de Preferências), do direito a acordos parciais de comércio com outros países em desenvolvimento e de parte dos empréstimos do Banco Mundial.

Na visita do [presidente Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) a Washington, entre 17 e 19 de março, o governo conquistou o apoio dos Estados Unidos para a [entrada do Brasil na OCDE](#) (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o clube dos países ricos.

Em troca, o Brasil começará a [abrir mão de seu “tratamento especial e diferenciado”](#) na OMC, que dá ao país maiores prazos em acordos comerciais e outras flexibilidades.

O Brasil alinha-se aos EUA na guerra para reformar instituições financeiras e comerciais, que, na visão americana, dão vantagens indevidas a países como Índia e China.

Um dos principais objetivos dos EUA é acabar com a possibilidade de países se autodefinirem como “em desenvolvimento”. Os americanos propõem que países que são membros ou estão em processo de acesso à OCDE, além de membros do G20, não possam se autodeclarar nesse status.

O Brasil tem bastante a perder com essa graduação de países, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Tecnicamente, abrir mão do tratamento especial na OMC não tem grandes efeitos práticos no curto prazo.

O Brasil vem usando pouco esse instrumento e, na última grande negociação, de facilitação de comércio, em 2013, renunciou à flexibilidade em quase todos os compromissos —usou apenas para estender alguns prazos.

No entanto, o Brasil pode abrir um precedente e passar a receber tratamento de “país rico” em outros aspectos.

Um dos exemplos é o SGP, por meio do qual países desenvolvidos concedem de forma voluntária isenção tarifária ou redução de sobretaxas sobre importações de países em desenvolvimento.

O programa é unilateral, não exige reciprocidade, como ocorreria em arranjos entre países ricos, e foi idealizado para estimular o desenvolvimento de países pobres.

O Brasil perdeu o acesso ao SGP da União Europeia em 2014 —exportava € 5 bilhões (R\$ 21,75 bilhões) com o benefício. Para os EUA, o país exporta cerca de US\$ 4 bilhões sem tarifas ou com sobretaxas reduzidas por meio do SGP, renovado até 2020.

“O Brasil abriu mão de algo concreto por uma promessa de Trump [de apoio na OCDE], apoio para algo que não vai se concretizar em quatro anos, nem se sabe o que vai acontecer daqui a quatro anos”, diz Monica de Bolle, diretora do programa de estudos latino-americanos da Universidade Johns Hopkins.

Já Fabrizio Panzini, gerente de negociações internacionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria), ressalta que há muitos benefícios no processo do Brasil de entrar na OCDE.

Ele também minimiza o impacto da perda gradual do tratamento especial na OMC. “Vai forçar o país a acelerar reformas, como ajustes regulatórios”, afirma Panzini.

“E, em agricultura, nos interessa que o tratamento especial não seja indiscriminado, pois queremos que países como Índia e Coreia do Sul abram seus mercados.”

Porém, sair do SGP seria muito negativo, diz Panzini. “O sistema ainda é muito importante para certas regiões e setores do Brasil, como o de máquinas”, afirma.

Sem status de país em desenvolvimento, o Brasil perde a possibilidade de fazer acordos de preferências comerciais semelhantes aos fechados com a Índia e o México.

Esses acordos, que reduzem tarifas de apenas parte dos produtos dos países, só são possíveis por causa do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, que os desobriga de eliminar barreiras de mais de 85% de todos os produtos para poder firmar um tratado.

Para Panzini da CNI, isso acabaria com a possibilidade de aprofundar acordos parciais de comércio já existentes, como os firmados com a África do Sul, México e Índia, e de fazer novos que seriam interessantes do ponto de vista da indústria, como com países da América Central.

Outro front da guerra dos EUA para que a China perca vantagens de país em desenvolvimento é o Banco Mundial. Washington vem pressionando para que os países classificados como de renda média-alta, caso da China e do Brasil, deixem de receber grande parte dos empréstimos do banco.

De 2012 a 2017, a China recebeu US\$ 86,2 bilhões em empréstimos do Banco Mundial, o segundo maior receptor de crédito. O Brasil foi o quarto, com US\$ 77,3 bilhões.

Para Oliver Stuenkel, professor de Relações Internacionais da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o Brasil deveria conservar sua flexibilidade de ser país em desenvolvimento e emergente.

“A China usa isso de forma mais inteligente: quando interessa, ela se projeta como país emergente, e, em outras ocasiões, como potência.”

08/04/2019 - 05:00

Imposto menor para cigarros opção empresas

Por Isadora Peron e Raphael Di Cunto

Para tentar estancar o financiamento do crime organizado pelo contrabando de cigarros, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, criou um grupo de trabalho para estudar a redução do imposto do produto e, com isso, causou uma disputa entre as principais empresas do setor: Philip Morris, Souza Cruz e JTI. Enquanto a primeira classifica como "simplista" a medida e se posicionou contra, as outras duas defendem a proposta.



Fernando Vieira, diretor da Philip Morris: "Cigarro é um produto que faz mal à saúde, não interessa se é caro ou barato"

Por trás dessas posições está a disputa pelo mercado brasileiro. De acordo com fontes do setor ouvidas pelo **Valor**, a Souza Cruz seria a maior beneficiada por atuar mais fortemente no segmento de produtos mais baratos ("value for money"), mais atingido pelos cigarros paraguaios que entram ilegalmente no país e têm como trunfo o preço baixo (custam em torno de R\$ 3,50). Além disso, uma proposta na mesa é elevar a tributação das marcas premium para não reduzir a arrecadação total do governo.

É o que sugere o porta-voz do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Edson Vismona, que se reuniu com Moro em janeiro. "Defendemos um reescalonamento. Hoje a tributação é regressiva, as categorias mais baratas pagam mais impostos. A ideia é aumentar os impostos das marcas mais caras e diminuir das mais baratas, mantendo a carga global, mas permitindo que existam marcas mais competitivas para enfrentar o contrabando."

Segundo o instituto, enquanto no Brasil os impostos sobre os cigarros variam de 70% a até 90% em alguns Estados, no Paraguai cobra-se apenas 18%.

Líder no país, a Souza Cruz tem uma série de marcas mais baratas, como o Rothmans (R\$ 5, preço mínimo permitido por lei), o Derby (vendido entre R\$ 6 e R\$ 7) e o Hilton (cerca de R\$ 7). São cigarros consumidos por um público mais preocupado com o preço e, por isso, trocados mais facilmente pelos produtos contrabandeados do país vizinho.

A Japan Tobacco International (JTI), com participação menor no mercado, também defende a medida. Ela produz as marcas Camel e Winston, de menor valor de venda (varia em cada Estado, mas fica entre R\$ 5 e R\$ 8).

Para essas empresas, a redução no imposto permitiria diminuir o valor de venda e disputar terreno com os ilegais.

A Philip Morris também tem produtos vendidos a preços mais populares, como Chesterfield e Dallas, mas o carro-chefe é o Marlboro, que custa entre R\$ 9 e R\$ 10 e é comprado por pessoas com maior poder aquisitivo, que não trocariam uma marca famosa pelo cigarro paraguaio. Para a empresa, portanto, a mudança tributária teria um efeito positivo menor. Além disso, a Philip Morris têm investido em um reposicionamento global da marca, com foco no cigarro eletrônico. O produto ainda não foi lançado no Brasil por falta de regulamentação, mas, se o cigarro normal ficar muito mais barato, seria um desestímulo a esse mercado.

Para o deputado Efraim Filho (DEM-PB), presidente da frente parlamentar de combate ao contrabando, a redução no imposto é necessária porque o crime organizado está trocando o tráfico de drogas pelo de cigarro, no qual as margens de lucro são altas e o risco de punição é bem menor. "Parece um crime menor, mas financia o crime organizado, causa perda de receita, promove demissões e fechamento de empresas, além de agravar os riscos à saúde", diz.

Pesquisa Ibope do ano passado aponta que 54% dos cigarros consumidos no país são contrabandeados, a maioria do Paraguai. Além das suspeitas de ligação com o crime organizado internacional, eles não pagam impostos no Brasil e não são submetidos à fiscalização sanitária, aumentando os riscos para a saúde.

Foi com essa avaliação que o Ministério da Justiça criou o grupo para estudar se a redução do imposto, de fato, diminuirá o contrabando. Há duas preocupações: que o preço mais baixo provoque aumento no consumo e que o efeito seja nulo, porque os contrabandistas têm margem suficiente para derrubar mais ainda o valor cobrado pelos ilegais. Técnicos da Pasta acreditam mais nesses resultados do que nos efeitos positivos da medida.

Procuradas, as empresas desconversam sobre as divergências e evitam falar dos concorrentes.

Fernando Vieira, diretor de assuntos corporativos da Philip Morris, afirma que a marca sempre defendeu uma alíquota única para todos os tipos de cigarros e mudar isso para beneficiar produtos mais populares elevará o consumo. "É muita ingenuidade achar que, se o mercado formal reduzir os preços, o mercado informal não se ajustará a essa realidade", diz. "Cigarro é um produto que faz mal à saúde, não interessa se é um cigarro caro, se é um cigarro barato. É isso que tem que ser levado em conta."

Já Rinaldo Zangirolami, vice-presidente de relações institucionais da Souza Cruz, defende a redução tributária. Ele destaca que houve, nos últimos anos, um crescimento muito forte do mercado ilegal e as ações de repressão adotadas pelo governo não têm surtido efeito. "Não dá para a indústria fechar os olhos em relação a esse fato. Não há empresa que consiga trabalhar com essa situação, então é preciso uma medida mais estrutural", disse.

Essa também é a posição da JTI. "Esta seria uma das alternativas para combater o mercado de cigarros ilegais", afirma Flávio Goulart, diretor de assuntos corporativos da empresa.

Moro reforçou, em audiência no Senado, que não há posição tomada e que o grupo ainda avaliará se a redução na carga tributária reduzirá o contrabando e dos danos à saúde. "Se a resposta for negativa, então, vai ser negativa, porque a saúde pública em primeiro lugar. É uma análise para verificar se é possível fazer algo em outra linha."

08/04/2019 - 05:00

Rio não terá como pagar dívida com a União, diz secretário

Por **Rodrigo Carro**

Mesmo se o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) for renovado até 2023, a dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União é "impagável" a menos que haja uma alteração estrutural na economia fluminense, segundo o secretário estadual da Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.



Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho: sem crescimento forte da economia, dívida do Rio de Janeiro será impagável

AdChoices
PUBLICIDADE

A declaração do secretário é baseada em projeções feitas por técnicos da pasta: no fim de 2023 o endividamento bruto alcançaria R\$ 170 bilhões, o equivalente a 237% da Receita Corrente Líquida (RCL). O teto definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 200% da RCL e o Estado teria apenas oito meses para se readequar ao limite.

O prazo seria insuficiente, conforme indicam as projeções da Fazenda fluminense. Ao fim de 2024, o endividamento do Estado equivaleria a 221% da RCL. Na Receita Corrente Líquida são computadas todas as receitas menos as transferências previstas na Constituição para os municípios. "O Rio tem de reestruturar completamente a sua economia. Se não houver crescimento significativo da economia do Estado e, na verdade, da do Brasil inteiro, essa dívida é impagável", afirmou Carvalho ao **Valor**.

A dívida consolidada do governo fluminense fechou o ano passado em R\$ 153 bilhões, o que correspondia a 265,3% da RCL. "Dado o cenário atual, as finanças do Rio melhoram por ~~razão das medidas que~~ razão das medidas que estamos adotando e vamos aprofundar. Só que essas medidas, no escopo atual, na situação atual não são suficientes para que o Estado se reestruture a ponto de, em 2023, passar a honrar o serviço da dívida legada, aquela que se forma depois desses anos todos sem pagamento", sustentou Carvalho.

O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal.

"O problema foi empurrado para 2024", resumiu o promotor Vinicius Cavalleiro, coordenador do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária (Gaesf), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Cavalleiro atribui a crise fiscal enfrentada pelo Estado ao estrangulamento financeiro causado pela escalada do endividamento e pela multiplicação indiscriminada de benefícios fiscais.

Dados compilados pelo MPRJ indicam que entre 2010 e 2015, o governo fluminense contratou R\$ 24,7 bilhões em operações de crédito. Desse total, quase um terço (R\$ 7,9 bilhões) foi aplicado na implantação de novas linhas de metrô. O segundo maior volume de empréstimos - R\$ 5,3 bilhões ou 21,5% das operações de crédito no período - foi destinado à amortização de dívidas.

No período analisado, a dívida consolidada saltou de R\$ 59,2 bilhões para R\$ 107,6 bilhões, alta de mais de 80%, impulsionada pelo aval do governo federal ao endividamento dos Estados.

A interrupção do fluxo de pagamentos à União, como resultado do RRF, tende a elevar a pressão financeira sobre as contas fluminenses, conforme indicam informações da Secretaria estadual de Fazenda compiladas pelo MPRJ. Entre 2017 e 2023, o Rio teria de desembolsar mais de R\$ 8 bilhões por ano para a amortização e o pagamento de encargos da sua dívida consolidada.

"Em 2024, se não tivermos outra musculatura [financeira], não sei o que vai acontecer", questionou Cavalleiro. "Temos de prestar atenção na receita, e não nas despesas", argumentou o promotor. Segundo dados informados pela Fazenda estadual ao MPRJ, os benefícios fiscais concedidos pelo governo fluminense resultaram em uma renúncia de receita efetiva de R\$ 73,08 bilhões entre 2007 e 2017.

Em 2017, por exemplo, já num cenário agudo de crise fiscal no Estado, a renúncia efetiva de receitas alcançou R\$ 10,21 bilhões. Em documento endereçado à 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, de 4 de abril, o MPRJ diz que a metodologia usada pela secretaria para contabilizar a renúncia de receita "não reflete números reais". "A Sefaz [Secretaria de Fazenda] não tem rotina de fiscalização de benefícios."

Cavalleiro cita dados da Fazenda fluminense para afirmar que o total de CNPJs ativos que usufruem de benefícios fiscais concedidos pelo Estado do Rio é de aproximadamente 3 mil. Já o universo potencial de empresas que poderiam ser beneficiadas chega a 40 mil. A base restrita cria um desequilíbrio na competição entre empresas, o que estimula a sonegação de impostos entre aquelas que não contam com incentivos, além de restringir a arrecadação.

A saída, para o promotor, seria investir na modernização tecnológica da Fazenda, ampliando o combate à sonegação e verificando os valores apurados de incentivos.

Apesar do quadro desfavorável, o secretário Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho não vê a renegociação da dívida como solução para a crise fiscal. "Não é repactuar a dívida, não. É a União dar condições para que o Estado cresça. Fazendo concessões da infraestrutura que é federal aqui no Estado, criando condições macroeconômicas para o desenvolvimento do país", disse Carvalho, que no, ano passado, foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na gestão de Márcio França (PSB).

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Colunas e Blogs
Data: 08/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Painel S.A.

joana.cunha@grupofolha.com.br



Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins ainda gera conflito

Fisco mantém entendimento contra empresas após decisão do STF, dizem advogados

8.abr.2019 às 2h30

Advogados que defendem grandes empresas já se preparam para enfrentar autuações da Receita Federal sobre um caso já resolvido pelo STF: a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins.

Os escritórios afirmam que em casos recentes o Fisco tem desrespeitado a decisão por aceitar que apenas o imposto a recolher (líquido) seja excluído, e não o registrado nas notas fiscais (bruto). O julgamento pelo Supremo ocorreu em março de 2017, mas restam embargos de declaração.

À espera Advogadas de escritórios como Machado Meyer e Trench Rossi Watanabe afirmam que a Receita ainda não autuou clientes, mas que a expectativa é que isso ocorra quando as companhias pedirem compensação pelos valores que pagaram a mais.

À risca A Receita Federal afirma que o entendimento adotado está em harmonia com o do STF e que um dos questionamentos nos embargos de declaração é justamente sobre qual parcela do ICMS deve ser excluída.

No detalhe O Fisco argumenta que, se a decisão judicial é clara e específica que o ICMS bruto deve ser desconsiderado, o entendimento é seguido.

Confiança Exportadores brasileiros de frango preveem uma alta nas vendas para o Egito após o país árabe afrouxar as exigências sanitárias. Um decreto de

março determinou que não é mais necessário inspecionar lotes desde o abate até o embarque.

Economia Até então, os exportadores precisavam custear veterinários egípcios para que aprovassem a carga. A estimativa é que a despesa dos frigoríficos caia até 10% com a mudança, afirma Rubens Hannun, presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Cair do salto A exportação de calçados brasileiros caiu 7,7% em volume em março na comparação anual, devido principalmente a uma redução nas compras da Argentina, segundo Abicalçados (associação do setor). Ainda assim, houve crescimento de 14,9% nas vendas externas do primeiro trimestre.

Leilão escolar 1 Investidores do setor de educação têm recebido convite para participar de uma rodada de leilão de ativos da Ulbra.

Leilão escolar 2 Procurada, a Aelbra (Associação Educacional Luterana do Brasil) afirma que desconhece qualquer programação de leilão de seus ativos para os próximos meses.

Sem caixa O GPA começa a testar nesta semana o pagamento de compras no supermercado pelo aplicativo do Pão de Açúcar. Clientes poderão escanear o código dos produtos com o celular, pagar pelo app e sair da loja.

Nem fila “O grande potencial está nas lojas de conveniência. A pessoa não quer comprar um sanduíche e esperar na fila”, diz Antonio Salvador, diretor de transformação digital do GPA. O teste inicia no Minuto Pão de Açúcar.

Benjamin Steinbruch, da CSN. - Greg Salibian - 7.mai.18/Folhapress
“Todo dia, nós da iniciativa privada batemos boca. Então por que no governo não se bate boca? É coisa menor. O que temos de ver é que há vontade na busca por convergência [pela Nova Previdência].

Benjamin Steinbruch (CSN)
sobre as discussões entre Executivo e Legislativo

com Igor Utsumi, Ivan Martínez-Vargas e Paula Soprana

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

07/04/2019 - 22:54

PEC da Previdência pode alavancar reforma tributária

Por **Maria Cristina Fernandes, Marta Watanabe e Cristiane Agostine**

SÃO PAULO - Tida como o principal problema da reforma tributária, a concomitância de sua tramitação junto com as mudanças na Previdência passou a ser encarada no Congresso como seu maior ativo. Depois de se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e os líderes de alguns dos principais partidos da Casa, o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, saiu convencido de que a reforma foi comprada pelo meio político como a ‘agenda positiva’ de um cenário em que as mudanças na Previdência arriscam a contaminar a popularidade tanto dos parlamentares quanto do presidente da República.

“Ao rever a tributação sobre bens e serviços, folha de pagamento e renda, a reforma pode impactar positivamente o país na agenda de produtividade, geração de emprego e distribuição de renda”, diz Appy, em entrevista ao **Valor**.

O avanço das negociações entre o diretor do CCiF e as lideranças da Câmara dos Deputados acendeu o sinal de alerta no governo, que enviou seu secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, a São Paulo, na semana passada, para um encontro com Appy. Na sexta-feira, Cintra publicou no Twitter: “O acordo entre Paulo Guedes e Rodrigo Maia para fazer a reforma tributária começou a dar frutos. Eu, Appy, e [Eurico] de Santi [sócio do CCiF] nos reunimos ontem [quinta-feira] na FGV para alinharmos a estratégia. Como disse antes, Executivo e Legislativo trabalhando juntos fazem elefante voar. Reforma tributária vem aí”, escreveu Cintra.

O secretário da Receita Federal procurou desfazer a impressão de que a reforma tributária caminha à revelia do Ministério da Economia. Por temer reações de governadores e prefeitos, que sempre resistiram à criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição ao ICMS, recolhido pelo Estados, ao ISS, dos municípios, e aos federais IPI, PIS e Cofins, o governo queria se limitar à unificação dos três tributos da União.

O fato de a Câmara ter abraçado originalmente a proposta do IVA mais amplo, no entanto, sinalizou ao governo que os parlamentares liderarão a empreitada com um custo de mobilização menor para o Palácio do Planalto.

Maia e Appy começaram a conversar ainda durante a campanha eleitoral. Signatário de um manifesto contra a eleição do presidente da República, o economista não terá participação oficial em nenhum grupo de trabalho sobre a reforma, mas atuará como consultor informal da proposta legislativa.

O projeto da Câmara, de autoria do líder do MDB, Baleia Rossi (SP), terá como base a proposta do CCiF ao último anteprojeto de reforma tributária que tramitou na Câmara, sob os auspícios do ex-deputado, Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

A Maia, caberá a escolha do relator da reforma tributária, a ser pinçado da bancada dos deputados novatos. O presidente da Câmara também será o fiador do acordo com os líderes partidários para um teto de 'jabutis' que a proposta original pode vir a receber. Na tradição parlamentar, propostas tributárias são o locus, por excelência, de inclusão de isenções e incentivos de setores organizados da economia que contam com lobbies poderosos no Congresso.

Nas reuniões entre Appy e as lideranças parlamentares na semana passada, ficou acordado que o calendário da reforma tributária não ultrapassará a fase das audiências públicas em comissões enquanto a da Previdência não for aprovada. Subsistem, no entanto, muitas dúvidas em relação à intersecção das duas propostas.

Appy defende a criação de uma renda básica a todos os idosos, o que beneficiaria principalmente os mais pobres. O economista cita, como exemplo, o pagamento mensal de R\$ 1 mil a todos que completarem 65 anos de idade. Ao mesmo tempo, a faixa até R\$ 1 mil seria desonerada a todos os trabalhadores, cobrando-se apenas uma alíquota a ser definida para financiar benefícios como auxílio-doença ou auxílio-maternidade. Trabalhadores que fizerem contribuições à Previdência teriam um valor a receber acrescido ao valor da renda básica de R\$ 1 mil, calculado proporcionalmente conforme o salário-base e o tempo de contribuição. Quem contribuir por mais tempo, receberia mais, o que incentivaria a contribuição previdenciária e a formalização de empregos de baixa renda.

“Essa mudança pode resolver muitos problemas, mas precisa acontecer junto com a reforma previdenciária”, afirma Appy.

A proposta a ser apresentada por Baleia Rossi, a princípio, se limitará à tributação de bens e serviços, mas tanto Maia quanto Cintra sinalizaram disposição em avançar para a tributação sobre folha de pagamentos e renda. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido a redução da cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre o lucro das empresas simultânea à instituição da tributação sobre dividendos, que hoje são isentos.

Para Appy, a medida faz sentido para a atração de investimentos e também contribui para a melhor distribuição da tributação sobre renda. O economista não se furta a afirmar que a carga atual de 34% sobre o lucro das empresas no Brasil é alta.

“Em relação aos países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], a alíquota de 34% do Brasil só é menor que a da França, que no ano que vem já será menor que a do Brasil porque aderiu a esse movimento que contaminou o mundo. A vantagem de tributar na empresa e na distribuição faz sentido, porque as empresas não olham apenas para a tributação do lucro distribuído, mas também do reinvestido.”

O economista diz que “o problema está nos detalhes”. Para Appy, a mudança deve descartar a tributação em cascata e tem de ser estendida para as empresas que pagam o IR pelos regimes simplificados, como Simples e lucro presumido. Por isso, diz, a tributação dos dividendos deve manter também a dedução dos chamados juros sobre capital próprio, porque o mecanismo tenta equalizar o tratamento tributário entre o capital próprio e o de terceiros.

O capítulo mais embrionário das conversas entre Maia, Cintra e Appy é o relativo ao custo fiscal da reforma. O economista defende a tramitação dos três eixos da reforma tributária como a saída ideal para uma reforma positiva tanto do ponto de vista fiscal quanto para a retomada do crescimento econômico.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 08/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Idade mínima de aposentadoria deve chegar a 64 e 67 anos para jovens

Quem entrar no mercado após reforma terá de atingir idades maiores do que 62 e 65 anos

8.abr.2019 às 8h00

Thiago ResendeBernardo Caram

BRASÍLIA

Jovens que estão entrando no mercado de trabalho devem se deparar com idades mínimas de aposentadoria de pelo menos 64 anos, para mulher, e 67 anos, se homem, caso a reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro seja aprovada, apontam projeções do governo.

A proposta que tramita no Congresso prevê um gatilho que corrige as idades mínimas definidas no texto, de 62 anos (mulher) e 65 anos (homem), com base no aumento da expectativa de sobrevida da população.

Pelo cálculo da equipe econômica, que leva em conta estimativas do IBGE, em 2060, as idades mínimas devem estar dois anos e um mês mais altas.

Um jovem que entrar no mercado de trabalho em 2020 aos 25 anos, por exemplo, não poderá acessar nenhuma regra de transição proposta pelo governo e terá de cumprir as exigências de idade mínima e tempo de contribuição.

Em 2060, ele terá exatos 65 anos. Porém, como a idade mínima estará em 67 anos e 1 mês, ele precisará trabalhar mais dois anos e um mês para se aposentar, na comparação com a idade proposta inicialmente pelo governo.

A reforma de Bolsonaro estabelece que, a cada quatro anos, a idade mínima de aposentadoria seja elevada em 75% sobre o aumento apurado na expectativa de sobrevida do brasileiro aos 65 anos. Ou seja, para cada quatro meses de aumento na expectativa, três meses serão adicionados à idade mínima.

Pelas projeções feitas pelo governo, as idades mínimas de aposentadoria vão alcançar 63 anos e 1 mês (mulher) e 66 anos e 1 mês (homem) em 2040, subindo para 64 anos e 1 mês (mulher) e 67 anos e 1 mês (homem) em 2060.

Os cálculos apontam ainda que o trabalhador brasileiro só poderá se aposentar aos 67 anos (mulher) e 70 anos (homem) em 2100.

O dispositivo gerou polêmica durante audiência pública na Câmara com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta semana.

Além de reclamações sobre falta de transparência na apresentação das estimativas, ele ouviu críticas pelo fato de a proposta não prever redução da idade mínima em caso de diminuição do tempo de sobrevivência do brasileiro. A regra só permite aumento na idade exigida.

Em outra reunião na CCJ (Comissão e Constituição e Justiça), no dia seguinte à ida de Guedes, o advogado e ex-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Brito, criticou a proposta e afirmou que o gatilho é uma forma de retirar poder do Congresso.

“[A idade mínima] será estabelecida não mais por lei, mas por um órgão de estatística. Quando o órgão de estatística modificar a idade, poderá haver revisão da aposentadoria, e não mais por meio de debates no Parlamento. Olhem como isso gera uma inconstitucionalidade”, disse.

O economista Paulo Tafner, membro do conselho consultivo que ajudou na elaboração da reforma, defende a implementação do gatilho.

Ele explica que a lógica de elevar a idade em 75% do aumento da expectativa de sobrevivência é uma forma de dar um bônus para a pessoa, que vai viver mais, ao mesmo tempo em que colabora com toda a sociedade.

Para o economista, a pessoa “deve” à sociedade, que proporcionou um aumento na expectativa de vida com avanços na medicina. Ao mesmo tempo, o bônus de 25% que ela terá direito será uma espécie de prêmio por variáveis pessoais, como redução do tabagismo e melhoria da alimentação.

“No sistema atual, o esforço de todos é apropriado pela pessoa, que não tem alteração na idade de aposentadoria e vive mais. O que está sendo proposto é compartilhar o ganho”, disse.

Na avaliação de Tafner, o gatilho automático é importante porque insere um caráter técnico na definição das idades, reduzindo a chance de interferência política nessa escolha.

Em relação à aposentadoria dos jovens que entrarem no mercado de trabalho, o secretário adjunto de Previdência do ministério da Economia, Bruno Bianco, explicou que as regras de transição valem para quem já está no mercado de trabalho. Ainda assim, mesmo para essas pessoas, é necessário avaliar caso a caso.

“Se a pessoa for muito jovem, talvez a regra transitória não lhe seja muito boa, mas pode ser usada. Se ela for pior, obviamente se pode fazer opção pela regra permanente”, disse.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 08/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Plano para cortar gastos muda aposentadoria por invalidez

Medidas, que não estão na reforma, buscam reduzir o volume de benefícios

8.abr.2019 às 2h00

Enquanto a reforma da Previdência aguarda o aval do Congresso, a equipe econômica trabalha nos próximos passos para cortar gastos com aposentadorias, que representam o maior peso no déficit das contas públicas.

“É a fase seguinte à Nova Previdência”, disse o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim.

O governo estuda lançar um plano para reduzir as aposentadorias por invalidez.

Hoje, em média, 18% das aposentadorias concedidas por ano são desse tipo. A meta seria baixar para 10%. De acordo com técnicos do ministério, essa proporção é mais adequada à média mundial.

Em janeiro, de 20,4 mil aposentadorias concedidas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), 3,4 mil foram por invalidez.

O projeto em estudo envolve aprimorar as perícias médicas para que pessoas ainda em condições de trabalhar, mesmo que em função diferente, possam continuar na ativa.

As estimativas iniciais apontam para uma economia de aproximadamente R\$ 100 bilhões em dez anos, já considerando que haverá gastos com a capacitação daquelas pessoas que podem ser treinadas para outra atividade.

“Em alguns casos, será possível reabilitar totalmente as pessoas e, assim, o INSS não vai ter custo com benefício. Em outros casos, será possível reabilitar, mas, por causa de uma sequela, o trabalhador não poderá se dedicar 100% e então recebe um auxílio acidente”, explicou Rolim.

O auxílio acidente, cujo valor geralmente é metade da aposentadoria por invalidez, pode ser recebido mesmo por quem ainda está na ativa.

Ele argumenta ainda que, nos casos de aposentadoria por invalidez, a pessoa recebe o benefício por dez anos ou 15 anos a mais do que quem cumpre os requisitos de uma aposentadoria padrão.

Além disso, manter uma pessoa no mercado de trabalho significa estimular a atividade econômica do país.

Para ajudar na elaboração do plano, o governo deve contar com o apoio da agência alemã responsável pela reabilitação dos trabalhadores que sofreram acidentes ou enfermidades no país europeu.

“A ideia é que a pessoa volte ao mercado. E tem que voltar rápido. É assim que funciona nos países mais desenvolvidos”, diz o secretário.

Outra medida em estudo é criar um centro único para gestão do regime previdenciário da União.

Hoje, cada órgão público tem servidores próprios para administrar os benefícios. Isso vale para os ministérios, o Banco Central, o TCU (Tribunal de Contas da União), as universidades etc.

“Isso faz com que benefícios previdenciários sejam concedidos de forma díspares [com base em requisitos diferentes] e, principalmente, ter um número exagerado de servidores envolvidos nisso”, ressaltou o secretário de Previdência.

São 20 mil funcionários da União responsáveis por essa área —quase metade dos servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que atende um número muito maior de pessoas.

Ainda não há previsão de corte de despesas com a maior eficiência da administração do RPPS (Regime de Previdência dos Servidores Públicos).

Mas 9 mil servidores públicos do Executivo poderiam ser realocados e, quando se aposentarem, não seriam substituídos.

“Num primeiro momento, a gente está planejando uma única unidade gestora para o Executivo. Mas a Constituição prevê uma unidade gestora para a União. Por isso, pretendemos discutir com isso com o Legislativo e o Judiciário”, contou o secretário.

Segundo ele, se for necessário aprovar as medidas no Congresso, o governo vai esperar que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência seja aprovada.

“Se chegarmos a uma conclusão de que, para dar maior potência aos resultados, precisaremos de algum projeto de lei, a gente vai encaminhar depois da aprovação da Nova Previdência. Mas, por enquanto, podem ser medidas de gestão e atos do poder Executivo”, afirmou.

A PEC ainda está no estágio inicial no Congresso — na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Relator apresenta parecer sobre reforma da Previdência amanhã

CÂMARA A semana na Câmara dos Deputados começará com a expectativa da leitura do parecer do relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Marcelo Freitas (PSL-MG). Ele vai apresentar seu relatório sobre a constitucionalidade da proposta de emenda à Constituição (PEC 6/19) amanhã.

Na última quinta-feira ao chegar ao Palácio do Planalto para acompanhar as reuniões do presidente Jair Bolsonaro com dirigentes de partidos políticos, Freitas afirmou que a proposta será aprovada no colegiado. "Nós vamos passar na CCJ com certeza", disse. Segundo ele, o relatório está quase pronto e terá entre 20 e 25 páginas. A votação do texto deverá ocorrer na semana que vem, no dia 17.

Freitas afirmou ainda que manterá na íntegra o texto enviado pelo governo federal, sem as prováveis alterações nas novas regras propostas para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural. Os dois itens, segundo o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia

(DEM-RJ), deverão ser excluídos pelos deputados ao longo da tramitação, pois não há consenso.

A CCJ da Câmara é a porta de entrada da reforma da Previdência no Legislativo. A comissão analisará se a proposta está em conformidade com a Constituição. Depois, o texto

segue para discussão em comissão especial e, se aprovado, será votado pelo plenário. Para ser aprovada, a medida precisa de apoio de dois terços dos deputados por se tratar de PEC. Dessa forma, precisa ser aprovada por 308 deputados, em dois turnos de votação, para seguir para o Senado.

Mesmo com o "apagão" da articulação política, o governo conseguiu ampliar nas últimas semanas o apoio na Câmara à reforma da Previdência. A dez dias de a proposta passar pelo seu primeiro teste - a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) -, o Placar da Previdência, feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, aponta que 198 deputados votariam a favor do texto no plenário. Desses, 69 afirmaram que dariam sim à reforma com o mesmo teor que foi enviado ao Congresso, e 129 condicionaram a aprovação a ajustes.

O número representa um aumento em relação ao levantamento publicado no dia 21 de março, quando 180 deputados se mostraram dispostos a aprovar o texto, desde que fossem feitas mudanças.

DIVULGAÇÃO


●● Nós vamos passar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com certeza Marcelo Freitas

deputado federal e relator da reforma na CCJ da Câmara

Tribuna

O deputado federal Arthur Maia (DEM) criticou o governo do presidente Jair Bolsonaro por apresentar um novo projeto de Reforma da Previdência para o Congresso Nacional. Relator do texto da reforma proposta no governo de Michel Temer (MDB), o parlamentar baiano afirma que apresentar um novo projeto vai trazer desgaste para o Palácio do Planalto. "Eu me sinto aquele sujeito que se matou para levar a carreta até a metade da ladeira e aí chega o Paulo Guedes e coloca a carreta lá em baixo para empurrar outra vez. Esse esforço que já foi feito custou o mandato de muita gente. Dos 23 deputados que votaram a favor do meu parecer, somente 4 se reelegeram.

Perdemos pessoas que compunham a elite intelectual do Congresso. E o pessoal do Paulo Guedes colocou isso na lata do lixo. O governo vai pagar um preço muito caro por esse erro", lamenta, em entrevista exclusiva à **Tribuna**. No papo, o deputado faz um balanço sobre a nova gestão e critica ainda a ação que culminou na prisão de Temer. "Michel Temer não está condenado nem em primeira e nem em segunda instância. Não vejo nenhuma razão para se fazer uma ação pirotécnica como foi feita".

“Se a reforma for feita como está, vai aumentar o custo da Previdência”

OSVALDO LYRA
EDITOR DE POLÍTICA

Tribuna - O senhor foi relator da Reforma da Previdência no governo Temer. Como avalia a Reforma da Previdência de Bolsonaro?
Arthur Maia - São propostas quase idênticas, exceto em alguns novos pontos que são introduzidos na nova Reforma. Os pontos inovadores são, em primeiro lugar, a desconstitucionalização da matéria. Ou seja, tirar a matéria previdenciária do contexto Constitucional. Na prática, significa que em outra futura ocasião, as regras previdenciárias poderão ser modificadas através de maioria simples, e não mais pelo quórum qualificado de 308 votos que é o que se

vidência.

Tribuna - A gente tem o exemplo de países como Chile, que usaram esse sistema e não deram certo. Esse legado negativo deveria se observado também pelo governo?

Maia - Acho que o sistema deve ser misto. E penso que o melhor modelo foi justamente aquele apresentado pelo PT. O PT foi quem criou esse sistema da capitalização no Brasil, em 2013, com essa reforma da Dilma. Por que ela não vale para o Brasil inteiro? Porque a Dilma, em vez de fazer uma mudança na Constituição para atingir todos os estados e municípios, fez apenas para o Governo Federal. Como funciona: todos os funcionários que ingressaram na carreira a partir de 2013, passaram a ter direito ao Funpresp, um fundo de capitalização com-

do esses dois itens, o projeto se transforma em uma cópia do nosso parecer. Então, não tem razão para o governo Bolsonaro percorrer esse tortuoso caminho que nós percorremos para levar a reforma até a aprovação final da Comissão Especial. Eu me sinto aquele sujeito que se matou para levar a carreta até a metade da ladeira e aí chega o Paulo Guedes e coloca a carreta lá em baixo para empurrar outra vez. Esse esforço que já foi feito custou o mandato de muita gente. Dos 23 deputados que votaram a favor do meu parecer, somente 4 se reelegeram. Perdemos pessoas que compunham a elite intelectual do Congresso. E o pessoal do Paulo Guedes colocou isso na lata do lixo. O governo vai pagar um preço muito caro por esse erro. E já começou a pagar nessa semana, com

RELATOR da reforma de Temer, o deputado Arthur Maia diz que, "hoje, o projeto da Previdência não seria aprovado na Câmara"



ENTREVISTA

ARTHUR MAIA

adianta modificar esse conceito, mas infelizmente há um conceito equivocado no seio da população brasileira que a Reforma da Previdência é contra os mais pobres. Isso é um erro coletivo. As pessoas internalizaram essa ideia e não temos visto nenhuma movimentação para mudar esse conceito.

objetiva. O próprio presidente Bolsonaro, que se conscientizou da necessidade da Reforma, era radicalmente contra [quando era deputado]. Ele passou a ser a favor a partir do momento que passou a ter a responsabilidade de governar o Brasil e, portanto, reconheceu que é imprescindível fazer a Refor-

insolvência com seus pensionistas e aposentados. E teremos cada vez mais dinheiro para financiar a saúde e a educação. Estamos caminhando para o abismo e é inaceitável que isso continue.

Tribuna - Como avalia o começo do governo Bol-

Seu voto que é o que se exige para se modificar a Constituição brasileira. Significaria facilitar no futuro as regras da Previdência Social. Pessoalmente, acho um ponto muito difícil de ser aprovado pelo Congresso Nacional, porque é uma matéria muito importante que envolve a vida de todos os brasileiros. É razoável que um tema com essa complexidade seja exigido um quorum mais qualificado. É um ponto que não tinha na Reforma do Temer.

Tribuna - O que muda além da desconstitucionalização?

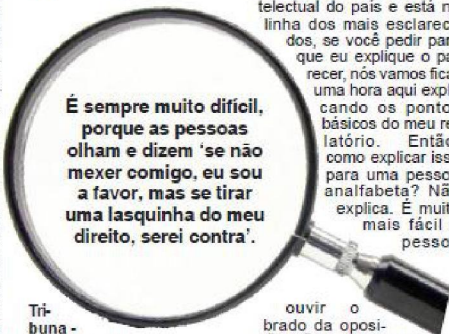
Maia - Outro ponto que ele modifica é a questão da capitalização. Ele tenta modificar a forma de se constituir previdências no Brasil. Pessoalmente, acho um ponto inócuo nesse momento. Não tem eficiência prática. Hoje no Brasil temos uma Previdência fundamentada no princípio de solidariedade de gerações. Nós estamos trabalhando e pagando a Previdência de quem está aposentado, na esperança de que no futuro, quando atingirmos a idade de nos aposentar, aqueles que vêm atrás de nós trabalhando vão pagar as nossas aposentadorias. Acontece que no Brasil hoje, quando nós fechamos as contas de todas as contribuições previdenciárias que são pagas, ainda falta cerca de R\$ 300 bilhões, como foi o caso do ano de 2018. É um dinheiro que precisa ser aportado na Previdência para pagar as aposentadorias. Ora, o que é que o governo Bolsonaro está propondo: que quem entrar no mercado de trabalho no futuro, em vez de ingressar nesse sistema de solidariedade de gerações, ele possa dar a contribuição dele numa conta em separado e ele próprio aportar ali mensalmente a sua Previdência. No futuro, aquilo vai constituir um valor que vai pagar a aposentadoria dele. É isso que é a capitalização. Acontece que eu não vejo como a gente possa implantar isso nesse momento, porque essa transição do sistema de solidariedade de gerações para o de capitalizações tem um custo. Então, o problema de se fazer a capitalização no Brasil não é apenas política. Há uma questão fiscal. Onde vamos buscar os recursos para fazer essa transição? É impossível fazer isso. Não vejo como se fazer essa transição, porque o Brasil está fazendo reforma para diminuir custo da Previdência. Se a reforma for feita como está, vai aumentar o custo da Pre-

vidência de capitalização complementar. O sujeito que entrou na carreira pública federal a partir de 2013 está obrigado a cumprir suas obrigações com o INSS. O salário dele, quando recebe, já vem descontado o valor que tem que pagar para o INSS. Isso aí já é cobrado e ponto final. Agora, supomos que seja um juiz federal que ganhe R\$ 30 mil, e ele fale que não quer se aposentar ganhando só R\$ 5 mil. Então, esse juiz tem direito a fazer uma contribuição complementar para o Funpres, que é uma conta separada. Só que essa contribuição é optativa. Se ele fizer, ele pode colocar lá até 11% da diferença entre o teto da aposentadoria e o salário dele. Digamos que ele ganhe R\$ 30 mil e o teto do INSS seja R\$ 5 mil. Então, 11% de R\$ 5 mil ele pode colocar no Funpres. Então, isso é uma capitalização complementar. A aposentadoria pública foi criada na Alemanha com o propósito de dar às pessoas que já não têm mais como trabalhar um suporte básico para sobreviver. No Brasil isso foi distorcido e isso passou a ser transformado em um salário alto para poder garantir aposentadorias milionárias. É o que está acontecendo com funcionários públicos federal. E agora estão diante de um dilema muito difícil. Uma coisa é certa: hoje, o projeto da Previdência não sena aprovado. Se a votação fosse hoje, não teria mais que 120 votos.

Tribuna - Quais equivococos o senhor apontaria na Reforma e onde está o principal gargalo dela?

Maia - Acho que essas duas mudanças são desnecessárias. A capitalização não pode ser feita. O sistema público não tem como ser feito. O máximo que poderia ser feito é o sistema do Funpres. Mas a capitalização no modelo que eles estão propondo é uma ideia que não tem como ser implementada. Acho que o Paulo Guedes está criando um problema a mais. Ele deveria se focar nos problemas atuais. Ele diz que no futuro quer aprovar o sistema de capitalização, mas que quer aprovar a lei já agora. Para quê? O problema já é tão difícil e ele já está pensando em resolver problemas futuros. Acho que se a gente resolver os problemas atuais, já vai ser um passo gigantesco para o Brasil. Então, acho que não havia motivo algum para ele colocar a capitalização no projeto, como acho que ele não vai conseguir aprovar a desconstitucionalização. Tiran-

pagar nessa semana, com aquele tumulto que foi a participação de Paulo Guedes na CCJ. Aquilo foi só um aperitivo, o começo do jogo, e terminou do jeito que terminou. Uma reforma de Previdência não é fácil em nenhum lugar do mundo.



Tribuna - Como aconteceu com os militares, deputado?

Maia - Pois é, exatamente. Então, é um tema difícil. O governo, quando jogou fora o nosso projeto e não levou direito para votação no Plenário, avocou para si um problema. E agora eles estão vendo o tamanho que têm. Eles não imaginavam que um problema fosse tão grande. E agora estão diante de um dilema muito difícil. Uma coisa é certa: hoje, o projeto da Previdência não sena aprovado. Se a votação fosse hoje, não teria mais que 120 votos.

Tribuna - Como o senhor vê a estratégia do Planalto para conseguir maioria e aprovar o texto?

Maia - Eu não conheço essa estratégia. Até hoje não foi apresentada para mim. No governo Temer, no governo Lula e no governo FHC, você tinha uma atitude do governo em relação ao Congresso. Existia uma pessoa que coordenava politicamente o trabalho, a movimentação de interesse do governo no Congresso Nacional. Atualmente isso não existe. Não é por incompetência de quem está responsável, no caso o deputado Onyx Lorenzoni, mas é por falta de meios para fazer esse tipo de relacionamento. Tem três tipos de deputados numa votação como essa: aqueles que votarão a favor independente de qualquer coisa, devem ter uns 100 deputados que votarão assim; você tem outra fatia de deputados que vota contra; e tem um grande número de deputados que votará de acordo com a opinião pública, que necessariamente é contra a Reforma. Não

para mudar esse cenário.

Tribuna - Falta o Planalto se comunicar melhor?

Maia - Não acho isso. Acho que o caso é mais grave. Não se trata apenas de comunicação. Imagine-se você, que é um homem que está no topo da pirâmide intelectual do país e está na linha dos mais esclarecidos, se você pedir para que eu explique o parecer, nós vamos ficar uma hora aqui explicando os pontos básicos do meu relatório. Então, como explicar isso para uma pessoa analfabeta? Não explica. É muito mais fácil a

ouvir o brado da oposição 'vão acabar com sua aposentadoria'. O cara analfabeto acredita, pronto e acabou. Nenhum publicitário consegue colocar todos os pontos da Reforma em uma peça, porque é uma infinidade de itens. Então, a propaganda contra esse tema é muito mais eficiente. E você tem contra o tema um discurso simplérmo, 'vão acabar com a sua aposentadoria'. Então, apesar de ser uma propaganda mentirosa, é a que fica. Estamos diante de uma realidade muito difícil. Acredito que o governo Bolsonaro vai ter que se debruçar sobre essa articulação, porque do jeito que está, a Reforma não será aprovada.

Tribuna - Que conselho o senhor daria ao presidente? Qual estratégia indicaria para ele vencer as resistências e aprovar a Reforma?

Maia - Acho que o governo precisa entender que um deputado para votar contra algo que a sua população pensa, precisa ter algo para levar de volta para a sua comunidade. Não é toma lá dá cá, porque quando se fala nisso as pessoas pensam que [o parlamentar] está tomando dinheiro para si. Não é isso. Mas é razoável que o deputado leve o pleito no município e levar ao município uma obra que vai compensar o desgaste que ele vai ter ao votar em uma matéria que vai contra a opinião pública. Isso é absolutamente compreensível dentro do jogo político. O governo Bolsonaro entende que não, que é errado. É um ponto conceitual que ele tem, paciência. Esse ponto o coloca diante de uma dificuldade

imprescindível fazer a reforma.

Tribuna - O senhor tem noção de quantos milhões de segurados serão impactados diretamente com as mudanças?

Maia - Todos serão impactados. Uns mais ou outros menos.

Tribuna - As pessoas que estão na iminência de se aposentar devem temer as mudanças? Ou há alguma garantia?

Maia - Não, porque você vai ter uma realidade dentro da regra de transição, que é proporcional. Então, as pessoas dentro dessa regra de transição pagarão um pedágio menor. As que estão mais distantes da aposentadoria pagarão um pedágio maior. Então não tem um impacto muito grande para quem está se aposentando agora.

Tribuna - As alterações atingirão os pensionistas em qual medida?

Maia - O impacto que está sendo proposto para o governo Bolsonaro tem um ponto válido: quem ganha mais, vai pagar mais para a Previdência e quem ganha menos, pagará menos. Então, esses impactos estão sendo distribuídos na proporcionalidade do salário de cada um. Será um impacto distribuído dentro de uma proporção, você estará tratando os desiguais desigualmente.

Tribuna - Relatar um tema tão delicado lhe deu uma visibilidade nacional muito grande, mas impactou na sua vida? Que lição o senhor tirou disso tudo?

Maia - Paguei um preço alto, mas me reelegi. Sempre disse que no meu estado, você relatar a Reforma da Previdência é tão ou até mais malvisto do que ser preso na Lava Jato. Graças a Deus não participei dessas coisas. Prefiro responder com altivez sobre os temas impopulares, mas que acredito. Não nasci deputado e não vou morrer deputado, mas enquanto estiver deputado, vou lutar para defender o meu país. Infelizmente, o sentimento que eu tive durante o processo da Reforma é que, quanto mais tento ajudar o Brasil, mais me afasto do povo. Grande parte da população acha que a Reforma da Previdência é contra eles. Mas eu continuarei defendendo o que acredito. É fundamental para o Brasil fazer Reforma da Previdência. Se não tiver reforma, muito em breve o Brasil está numa condição de

conceito do governo Bolsonaro? Muitos tropeços nessa fase inicial?

Maia - Acho que começou mal, mas se fizer uma retrospectiva, de uma forma geral, os governos no Brasil não têm começado bem. O Ministério da Educação não funciona, por exemplo. As pessoas estão com medo de que não seja realizado o Enem por conta de um ministro que não tem capacidade gerencial. Mas, está aí. Essa questão de família dar palpite em governo é uma coisa que não dá certo nem em prefeitura de interior. Imagine em um país com a dimensão do Brasil. Então, são assuntos que são mal conduzidos. Mas realmente espero que o governo Bolsonaro tenha capacidade de se arrumar. Os governos do PT também começaram muito mal, mas depois se arrumou. Lula fez um bom governo.

Tribuna - Como viu a prisão do ex-presidente Michel Temer?

Maia - Ele está respondendo um processo, mas nós sabemos que a prisão poderia ser feita se houvesse risco de que o presidente pudesse fugir do país. Então, pareceu uma atitude desproporcionada. Michel Temer não está condenado nem em primeira e nem em segunda instância. Não vejo nenhuma razão para se fazer uma ação pirotécnica como foi feita.

Tribuna - Como viu a criação da CPI da Lava Jato? Ao chegar no Judiciário, a Lava Jato corre risco?

Maia - É muito estranho que nesses escândalos revelados pela Lava Jato, o Judiciário tenha sido preservado. Acho muito estranho. O que se comenta na imprensa, inclusive de maneira muito vasta, é que os próprios advogados recomendam que seus clientes não falem do Judiciário na delação premiada, porque é o próprio Judiciário que vai avaliar a questão de aceitar ou não as delações. Então, acho estranho. Acho que a investigação não faz mal. Me coloco a favor da CPI da Lava Jato.

Tribuna - Está nos seus planos disputar uma eleição municipal em 2020?

Maia - Em Salvador, temos uma candidatura do nosso grupo naturalmente. Isso é uma escolha do prefeito ACM Neto, que está fazendo um mandato extraordinário na nossa cidade. Temos nomes viáveis para disputar uma eleição, como é o caso do secretário Bruno Reis. Colaborou: Henrique Brinco

Tribuna

Apoio dos deputados à reforma da Previdência cresce na Câmara

RODRIGO ZUQUIM, ELMA ASSIS
E KAROLINE SOUSA
O ESTADO DE S. PAULO

Mesmo com o "apagão" da articulação política, o governo conseguiu ampliar nas últimas semanas o apoio na Câmara à reforma da Previdência. A dez dias de a proposta passar pelo seu primeiro teste – a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) –, o Placar da Previdência, feito pelo Estado, aponta que 198

deputados votariam a favor do texto no plenário. Desses, 69 afirmaram que dariam sim à reforma com o mesmo teor que foi enviado ao Congresso, e 129 condicionaram a aprovação a ajustes.

O número representa um aumento em relação ao levantamento publicado no dia 21 de março, quando 180 deputados se mostraram dispostos a aprovar o texto, desde que fossem feitas mudanças, principalmente nas regras propostas para concessão de aposentadoria rural e do benefício assistencial pago a idosos de baixa renda

(BPC). Para que as novas regras de concessão de aposentadoria e pensões comecem a valer, é preciso o aval de três quintos da Câmara (308 votos) e do Senado (49 votos), em dois turnos. Foram contatados 508 dos 513 deputados nas duas últimas semanas por telefone, e-mail ou assessoria de imprensa. Dos 293 que se posicionaram, 95 disseram que votariam contra, mesmo que haja alterações. Outros 215 preferiram não se manifestar. Em meio às dificuldades de negociação por apoio à reforma da Previ-

dência, o presidente Jair Bolsonaro se reuniu na semana passada com dirigentes do DEM, PSDB, PSD, PP, PRB e MDB que, juntos, representam 196 deputados. Desses, 79 parlamentares (40% do grupo) se declararam a favor da proposta, segundo o Placar da Previdência. O PSL, partido do presidente, agrega outros 34 votos já certos para aprovar o texto, de uma bancada de 54 deputados. O relatório da reforma da Previdência será apresentado nesta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), primeira etapa do



LEVANTAMENTO feito pelo Estadão aponta que 198 deputados votariam a favor da proposta, desses, 129 condicionam apoio a alterações no texto

caminho que precisa percorrer no Congresso. A previsão é que o texto seja votado no colegiado no dia 17 de abril.

Bolsonaro também disse que, apesar de defender o texto da maneira como foi enviado, tem certeza de que o Parlamento o modificará. Para o presidente, alguns pontos, como as alterações no BPC (benefício de presta-

ção continuada, o auxílio a idosos carentes) e na aposentadoria rural devem ser retirados pelos deputados. De acordo com ele, se a capitalização (modelo em que as contribuições vão para contas individuais que bancarão os benefícios no futuro) atrasar a tramitação da reforma, o novo regime deve ser suprimido porque não é "essencial no momento".

Azi quer que presidente entre em campo por reforma



PAULO AZI disse que o presidente Bolsonaro não pode ser omisso. "Tem que ser protagonista maior. Ele tem respaldo popular para propor isso".

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Novo presidente do DEM na Bahia, o deputado federal Paulo Azi disse, ontem, que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) precisa entrar em campo para aprovar a reforma da Previdência. "Ele foi o autor da proposta. (O seu papel) não pode se resumir a entregar isso lá na Câmara. Isso não basta. Ele tem que estar presente até porque tem pontos que precisam ser modificados e conversado com ele. Ele não pode ser omisso. Tem que ser protagonista maior. Ele tem respaldo popular para propor isso. Ele tem que liderar o processo como presidente da República", declarou o democrata, em entrevista à Tribuna.

Azi disse, ainda, que Bolsonaro fez um "gesto importante" ao convidar dirigentes partidários para participar de reuniões. Entre os convidados, esteve o prefeito de Salvador, ACM Neto, que é presidente nacional do DEM. "Foi um gesto importante e a gente espera que, a partir de agora, exista um contato e uma relação de confiança entre o Poder Executivo e Poder Legislativo para que se possa recuperar o tempo atrasado", asseverou. Nas reuniões, Bolsonaro teria prometido não falar mais em "velha política". "Essa história de 'velha política' e 'nova política' não existe. Ele e algumas pessoas ligadas a ele criaram. O que existe é boa política. Velha política e nova não existe", declarou Azi. "Ninguém governa sozinho. Nem

o presidente governa e nem pode Legislativo governar", acrescentou.

Perguntado se é a favor do DEM fechar questão (ou seja, todos os membros do partido votar da mesma maneira), Azi afirmou que seu partido não tem essa tradição. "O partido sempre procura o diálogo. Construir uma unidade para que se vote na orientação do partido. É um tema polêmico. Agora, não é tradição. Também não vejo necessidade. Tem que procurar é convencer".

Está tendo essa cobrança para que outros partidos façam porque o partido do presidente fez. É claro que o Planalto deseja que todos os partidos fechem questão, mas não vejo esse ambiente. Está muito longe disso. Ainda estamos na fase de

saber qual proposta será feita para depois avaliar se fecha questão ou não", pontuou.

Azi disse, ainda, que vai propor uma mudança no texto da reforma da Previdência. Segundo ele, o governo quer que os idosos, que recebem assistência previdenciária, passem a receber, a partir dos 60 anos, R\$ 400. E só depois dos 70 anos passe a ganhar um salário mínimo. Hoje, a partir dos 65 anos, o idoso recebe um salário mínimo. O democrata baiano quer incluir uma emenda que possibilite o beneficiado escolher se prefere receber R\$ 400 já a partir dos 60 anos e só depois dos 70 ganhar o salário mínimo. Ou se prefere esperar até os 65 para ganhar o salário mínimo.

Tribuna

“Capitalização da Previdência não é essencial no momento”

POR GUILHERME MAZUI E
RONIARA CASTILHOS
G1 E TV GLOBO — BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem (5) que a proposta de capitalização da Previdência “não é essencial” no momento. Bolsonaro deu a declaração durante uma entrevista coletiva enquanto caminhava para um evento no Palácio do Planalto. Mais cedo, o presidente participou de um café da manhã com alguns jornalistas. Durante o encontro, disse que a proposta de capitalização pode ficar para um “segundo momento”. “A capitalização, presidente, é melhor deixar

para lá para facilitar a reforma?”, indagou uma repórter a Bolsonaro. “Não queremos complicar o andamento da reforma que está aí, é isso que estou falando. Não quero desidratar nada, tá? Mas não é essencial isso no momento. A ideia era botar na PEC e depois regulamentar lá na frente, que seria via parlamento”, respondeu o presidente.

A proposta de capitalização é um dos itens da reforma da Previdência Social enviada pelo governo em fevereiro ao Congresso Nacional. A capitalização é uma espécie de poupança que o próprio trabalhador faz para assegurar a aposentadoria no futuro. “Não nasci para ser presidente”. “Desculpem as caneladas, não nasci para ser presidente, nasci

para ser militar, mas no momento estou nessa condição de presidente e, junto com vocês, nós podemos mudar o destino do Brasil. Sozinho não vou chegar a lugar nenhum”.

Sobre a participação do ministro Paulo Guedes na CCJ, o presidente afirmou: “Sei que funciona dessa maneira a oposição. Aquilo não é oposição, aquilo é um pelotão de fuzilamento. Esse pessoal não quer o bem do Brasil, quer o pior. Eles têm tudo para apresentar uma proposta alternativa, se a nossa não for boa”. Sobre a situação do ministro do Turismo, ele disparou: “O que acertei com todos os ministros desde o começo, conversei também com o ministro Moro: em havendo um final de um inquérito,

uma prova robusta, uma conclusão final do inquérito, vamos tomar uma decisão. Por enquanto, não é o caso”. Quanto questionado sobre a base aliada no Congresso, o presidente afirmou que “não existe esse partido mais ou menos fiel do que o outro. O que eu tenho ouvido dos partidos é que cada matéria a ser votada haverá um entendimento, não haverá um alinhamento automático com o governo federal”.

XIXI NA CAMA — No café da manhã com jornalistas, Bolsonaro foi questionado ainda se tinha arrependimento de declarações polêmicas dadas no passado. Na resposta, ele usou uma metáfora. Disse que não podia se arrepender “de ter feito xixi na cama” quando era criança. “Eu não posso me



REGIME de capitalização foi incluído pelo governo na reforma da Previdência. Bolsonaro diz que ideia não é ‘desidratar’ PEC, mas item pode ficar para ‘segundo tempo’

arrepende de ter feito xixi na cama [quando era criança, aos 5 anos de idade]. Saiu, pô”, relatou Bolsonaro, sorrindo e arrancando risos dos presentes no café. O presidente, no entanto, admitiu que já deu muitas “caneladas”. Como exemplo, ele citou uma fala, nos anos 1990, na qual defendeu o fechamento do Congresso. Também mencionou comentários sobre a comunidade LGBTI. Segundo Bolsonaro, às vezes ele se depara com um vídeo contendo algumas dessas declarações e se pergunta: “Ah, mas eu disse isso aí?”

Bolsonaro foi questiona-

do no café a respeito de seu comportamento nas redes sociais e sobre quem está autorizado a fazer postagens em suas contas pessoais. “Caiu lá [na rede social], a responsabilidade é minha. Quem tem a senha tem a minha confiança”, disse o presidente. Bolsonaro não citou nomes de pessoas que têm suas senhas nas redes sociais, mas disse que postagens passam pelo aval dele. Algumas publicações recentes de Bolsonaro provocaram polêmicas. No Carnaval, ele postou um vídeo de ato sexual na rua. Depois, perguntou o que era “golden shower”.